



ANEXO I

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA P500 PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO

Artigo 1º - A P500 PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A é uma sociedade anônima de capital fechado que se regerá por este Estatuto Social, pela Lei 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme alterada, pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Das Nações Unidas, nº 18801, Conjunto 111 - Sala 11, Bairro Jardim Dom Bosco, CEP: 04757-025.

Parágrafo único - A Companhia poderá, a critério exclusivo da Diretoria, instalar filiais, sucursais, agências, escritórios e depósitos em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto a) a representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras; b) a administração de bens próprios e investimentos; e, c) a participações em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 100,00 (cem reais), dividido em 100 (cem) ações ordinárias, nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo R\$ 10,00 (dez reais) subscrito e integralizado neste ato em moeda corrente nacional, mediante depósito realizado em conta bancária no Banco do Brasil, e o restante a integralizar no prazo de 24 (vinte e quatro meses).

Artigo 6º - Os acionistas terão preferência para subscrição do aumento de capital, na



proporção do número de ações que possuírem, referido direito deverá ser exercido dentro de 30 (trinta) dias, contados da publicação da ata de Assembleia Geral que o tiver deliberado, ou da publicação do aviso que resuma as deliberações tomadas.

Artigo 7º - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais dos acionistas.

Artigo 8º - As ações não poderão ser dadas em garantia de obrigações contraídas pelos respectivos titulares.

CAPÍTULO III - DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 9º - A Assembleia Geral terá todos os poderes que lhe são conferidos por lei para decidir os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

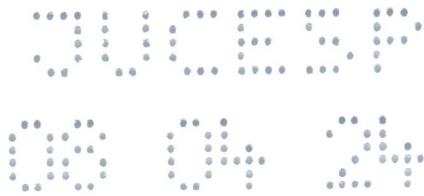
Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do ano social e, extraordinariamente, sempre que houver necessidade.

Artigo 10º - A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 08 (oito) dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. Será dispensada a convocação prévia nas assembleias em que estiver presente a totalidade dos acionistas.

Artigo 11º - Os acionistas serão considerados presentes na Assembleia Geral se participarem fisicamente, se representados por procurador, ou se participarem por conferência telefônica ou vídeo conferência, desde que, nesses últimos dois casos, todos os membros possam comunicar-se devidamente.

Artigo 12º - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos presentes, não se computando os votos em branco.

Artigo 13º - A Assembleia Geral será presidida por qualquer membro da Administração da Companhia indicado pelos acionistas representantes de no mínimo $\frac{3}{4}$ do capital social, o qual convidará outro membro para secretário da mesa.



CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 14º - A administração da Companhia competirá à Diretoria e ao Conselho de Administração, respeitadas as competências e atribuições, legais e estatutárias da Assembleia Geral.

CAPÍTULO V - DA DIRETORIA

Artigo 15º - A Diretoria será composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 05 (cinco) membros, sendo 01 (um) designado Diretor Financeiro, 01 (um) designado Diretor Administrativo e Operacional e 03 (três) designados Diretores sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse daqueles que forem eleitos para o mandato seguinte. Os mandatos dos Diretores poderão ser, a qualquer tempo, revogados por deliberação Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo 2º - Os Diretores eleitos serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de Termo de Posse, ficando dispensados de prestar fiança à Companhia ou qualquer outro tipo de garantia.

Parágrafo 3º - A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores e também a remuneração individual dos Diretores.

Parágrafo 4º - As reuniões da Diretoria poderão ocorrer por meio de conferência telefônica ou vídeo conferência, sendo que os membros da Diretoria poderão manifestar seu voto por meio de voto escrito antecipado, por voto escrito transmitido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação.

Parágrafo 5º - A Administração da Companhia caberá a uma Diretoria com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na Companhia, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da Companhia, inclusive a prestação de garantias de suas obrigações e de suas controladas e/ou subsidiárias integrais, observada as regras deste Estatuto Social.

Parágrafo 6º – A Companhia é administrada e representada em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente da seguinte forma: **a)** pela assinatura isolada do Diretor Financeiro; **b)** por dois Diretores agindo sempre em conjunto; **c)** pelos Procuradores que terão sempre que agir em conjunto de dois entre si; **d)** individualmente por um Diretor ou por um Procurador da Companhia, desde que previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

Artigo 16º - Aos diretores competirá, em conjunto ou isoladamente:

- i) administrar e gerir os negócios da Companhia;
- ii) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e os Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia;
- iii) praticar todos os atos de comércio e de crédito, como comprar, vender, dar em penhor e caucionar bens móveis, veículos, mercadorias e títulos, assinando os respectivos termos e documentos;
- iv) alienar, onerar e adquirir bens imóveis, assinando os respectivos contratos e escrituras públicas ou particulares;
- v) contrair empréstimos e assumir obrigações, inclusive concedendo avais e fianças, em nome da Companhia, emitindo notas promissórias, sacando e aceitando letras de câmbio, firmando compromissos, acordos, contratos e outros documentos assemelhados que envolvam responsabilidade social;
- vi) outorgar procurações em nome da Companhia, com poderes para gestão ampla e completa da companhia;
- vii) confessar dívidas, disputar, renunciar ou transigir direitos e fazer acordos de qualquer espécie;
- viii) representar a Companhia em todos os atos necessários perante todas as repartições públicas federais, estaduais e municipais, suas delegacias e postos fiscais, bem como junto a autarquias, inclusive INSS, Secretaria da Receita Federal, Delegacia Regional do

Trabalho, Departamento de Trânsito e Secretarias das Fazendas dos Estados;

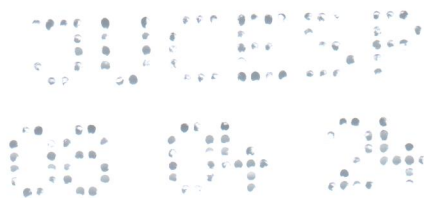
- ix) transigir, desistir, firmar compromissos e dar quitação; emitir, aceitar e endossar cambiais, notas promissórias e duplicatas; movimentar contas bancárias, podendo emitir, sacar e endossar cheques, borderôs e ordens de pagamento; requisitar e retirar talões de cheques; receber valores, dando quitação;
- x) admitir, demitir e transferir funcionários, assinar suas carteiras de trabalho, contratos, termos de rescisão e demais documentos decorrentes da legislação do trabalho e da seguridade social;
- xi) constituir em nome da Companhia, procuradores "ad negotia" e "ad judicia", determinando poderes, remuneração e prazos de vigência do instrumento de mandato;
- xii) representar a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo receber citações;
- xiii) submeter anualmente à apreciação da Assembleia Geral o Relatório da Administração e as contas da Diretoria; e
- xiv) representar isoladamente a Companhia na alienação e locação de bens imóveis, na cessão de direitos reais ou concessão de direito real em garantia de empréstimos.

Parágrafo único - Os documentos de simples expediente administrativo poderão ser assinados, isoladamente, por qualquer dos Diretores ou por procurador, com poderes específicos.

CAPÍTULO VI – DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 17º - A Companhia poderá ter um Conselho de Administração composto por no mínimo 03 (três) e no máximo 07 (sete) membros, brasileiros ou não, residentes ou não no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - Os Acionistas deverão deliberar em sede de Assembleia Geral pela instalação do Conselho de Administração quando julgarem necessário.



Parágrafo 2º - O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. No caso de impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, uma Assembleia Geral deverá ser convocada para a eleição de novo membro, o qual deverá completar o mandato do membro substituído.

Parágrafo 3º - Na Assembleia Geral Ordinária, os acionistas deverão deliberar qual o número efetivo de membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 4º - Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo lavrado em livro próprio. Os membros do Conselho de Administração deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam eleitos seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas.

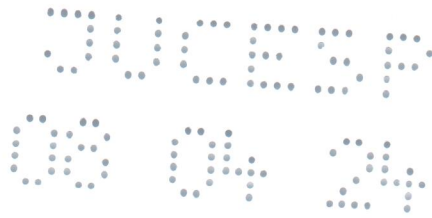
Parágrafo 5º - O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia; não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, supervenientemente, os mesmos fatores de impedimento.

Parágrafo 6º - O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com a Companhia, ficando expressamente vedado o exercício do seu direito de voto.

Parágrafo 7º - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia.

Parágrafo 8º - O Conselho de Administração deverá:

- (i) orientar e aconselhar os Diretores na condução dos negócios, a fim de atingir o objetivo social da Companhia;
- (ii) elaborar alçadas financeiras e de objetos para representação da Companhia;



- (iii) propor à Diretoria estratégias de negócio para a Companhia; e
- (iv) orientar os Diretores com relação a assuntos técnicos e financeiros da Companhia.

Artigo 18º - As reuniões do Conselho de Administração deverão ocorrer sempre que necessárias aos interesses sociais da Companhia. As convocações deverão ser feitas pelo próprio Conselho ou pela Diretoria, através de comunicação por escrito, a ser entregue por meio de correio expresso, e-mail, telegrama ou fax, remetida para todos os demais membros do Conselho de Administração, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da reunião, comunicação esta que deverá especificar o lugar, o dia e a hora da reunião, assim como, de forma resumida, a ordem do dia. A forma de convocação referida acima não será necessária para as reuniões do Conselho de Administração em que todos os seus membros estejam presentes ou se declarem, por escrito, cientes da reunião a ser realizada.

Parágrafo 1º - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas por membro escolhido entre os presentes, e este escolherá o secretário da mesa.

Parágrafo 2º - As reuniões serão consideradas validamente instaladas sempre que presente a maioria dos membros eleitos. Cada membro do Conselho de Administração terá direito a um voto nas reuniões de tal órgão.

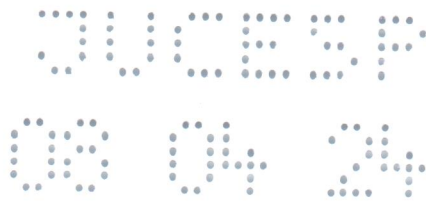
Parágrafo 3º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria de votos dos membros presentes.

Parágrafo 4º - Quando requisitado pelos membros do Conselho de Administração, os Diretores deverão comparecer às Reuniões do Conselho de Administração, a fim de esclarecerem os assuntos apresentados.

CAPÍTULO VII – DO CONSELHO FISCAL

Artigo 19º – O Conselho Fiscal poderá ou não ser eleito, conforme decisão da Assembleia Geral, que poderá ter a característica de funcionamento não permanente, composto de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, permitida a reeleição.

Parágrafo único – O Conselho Fiscal terá a remuneração que for estabelecida pela Assembleia Geral.



CAPÍTULO VIII - DO EXERCÍCIO SOCIAL E LUCRO

Artigo 20º - O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro de cada ano, sendo levantado nesta última data o Balanço Geral dos negócios sociais.

Artigo 21º - O saldo dos lucros ficará à disposição da Assembleia Geral que lhe dará a destinação que lhe convier, respeitadas as normas legais e estatutárias aplicáveis.

Parágrafo único - Os dividendos serão pagos dentro do prazo estipulado pela Assembleia Geral que os declarar.

Artigo 22º - Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

Artigo 23º - A Companhia poderá distribuir antecipadamente no mínimo 20% (vinte por cento) e no máximo 60% (sessenta por cento) dos lucros apurados através de escrituração contábil regular, ainda que por conta de período base não encerrado.

Parágrafo 1º - Os lucros apurados e não distribuídos aos acionistas na forma do *caput* deste artigo serão destinados à conta de reinvestimentos na Companhia.

Parágrafo 2º - Findo o exercício, se apurado prejuízo, os acionistas deverão restituir a Companhia os lucros distribuídos antecipadamente.

CAPÍTULO IX - DAS ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Artigo 24º - As alterações estatutárias e a dissolução da Companhia somente poderão ser decididas em Assembleia Geral Extraordinária, convocada especialmente para esses fins, com *quórum* de instalação e deliberação em conformidade com a legislação em vigor.

CAPÍTULO X - DO DIREITO DE RETIRADA

Artigo 25º - O acionista que pretender vender suas ações deverá dar preferência aos demais acionistas, através de carta ao Diretor Presidente, na qual indicará preços e condições de pagamento. O Diretor Presidente comunicará a pretensão aos demais acionistas, dentro do

DUCESP
08 04 24

prazo de 30 (trinta) dias, devendo estes, no prazo de 60 (sessenta) dias, exercer o direito de preferência na aquisição, na proporção das ações que possuírem, observando-se no que couber e, preferencialmente, os eventuais Acordos de Acionistas existentes.

CAPÍTULO XI - DO FORO

Artigo 26º - Em sendo necessária a obtenção das medidas judiciais aqui referidas, as partes elegem o foro da Comarca de São Paulo/SP, com renúncia de qualquer outro.

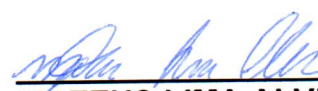
CAPÍTULO XII - DA DISPOSIÇÃO FINAL

Artigo 27º - Os casos omissos serão regidos pela Lei nº 6.404/76 e por outras normas legais aplicáveis às sociedades anônimas.

Mesa:



CICERO CORDEIRO ALVES
Presidente



MATEUS LIMA ALVES
Secretário

Acionistas:

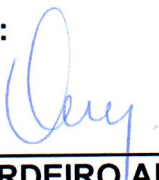


CICERO CORDEIRO ALVES



MATEUS LIMA ALVES

Advogado:



ALINE CORDEIRO ALVES TEZZIN
OAB/SP 278.268